

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUEIRA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.pariqueraacu.sp.leg.br](http://www.pariqueraacu.sp.leg.br)

Correio eletrônico: [camara@camarapariquera.sp.gov.br](mailto:camara@camarapariquera.sp.gov.br)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 34 /2022 da CCJR sobre o Projeto de Lei nº 06/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que autoriza o Município de Pariquera-Açu a realizar a concessão de uso da Casa de Pedra.

#### I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM ANÁLISE

1. O projeto em epígrafe busca autorização legislativa para que o Município de Pariquera-Açu realize a concessão de uso da Casa de Pedra.

2. Na Mensagem consta o seguinte:

“(…) O presente projeto se justifica porquanto a concessão da Casa de Pedra gerará um melhor atendimento ao usuário, aliado a economia do dinheiro público, pois a concessão à iniciativa privada permite maior agilidade e qualidade na manutenção do referido imóvel, sem deslembra da geração de emprego e o turismo.”

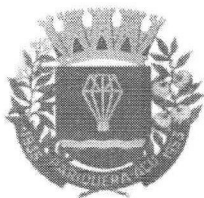
3. O art. 1º do projeto de lei prevê que o prazo da concessão de uso será de 5 (cinco) anos, prorrogáveis um vez por igual período.

4. De acordo com a propositura a concessão será precedida de processo licitatório, na modalidade concorrência (§1º do art. 1º).

5. O art. 3º dispõe sobre as obrigações do concessionário e prevê que o descumprimento destas poderá ensejar a caducidade da concessão.

6. É o relatório.

#### II - VOTO DO RELATOR



## CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.pariqueraacu.sp.leg.br](http://www.pariqueraacu.sp.leg.br)

Correio eletrônico: [camara@camarapariquera.sp.gov.br](mailto:camara@camarapariquera.sp.gov.br)

7. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, redação e técnica legislativa** de projetos de lei submetidos a sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno.

8. A matéria se insere na competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da CF/88.

9. A iniciativa para legislar sobre a matéria está de acordo com as disposições do Artigo 44 da Lei Orgânica Municipal.

10. **No que se refere à técnica legislativa**, verifica-se que a proposta está adequada aos termos da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

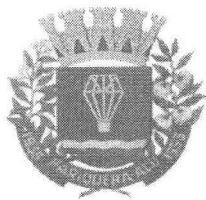
11. Quanto à **juridicidade**, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice a sua deliberação em Plenário. Cabe registrar que compete à Câmara Municipal autorizar a concessão de uso de bens públicos municipais, com fundamento no da Lei Orgânica Municipal, vejamos:

Artigo 9º - Cabe à Câmara Municipal de Pariquera-Açu, com a sanção do prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente: (...) VIII - autorizar a concessão administrativa do uso de bens municipais;

12. Além disso, dispõe o Artigo 155 da Lei Orgânica Municipal que o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público o exigir.

13. **No mérito**, a proposta é de suma importância e atende ao interesse da coletividade, pois tem o objetivo de gerar efeitos econômicos positivos para o Município, principalmente com a geração de renda advinda do turismo.

14. Por fim, registramos que, para que a presente propositura seja aprovada será necessário o voto da maioria (cinco votos) dos membros da Câmara, em um único turno de votação, nos termos do disposto do §2º do artigo 48 da Lei Orgânica Municipal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.parqueraacu.sp.leg.br](http://www.parqueraacu.sp.leg.br)

Correio eletrônico: [camara@camaraparquera.sp.gov.br](mailto:camara@camaraparquera.sp.gov.br)

### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade e legalidade da proposta, pelo que somos **FAVORÁVEIS** a sua deliberação e aprovação pelo plenário da Câmara Municipal.

Sala das Comissões, 21 de 10 de 2022.

  
**CARLINHOS ASSPA**  
Relator *Ad Hoc*

### PELAS CONCLUSÕES:

  
**JORGE CARAI**  
Presidente